



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.
CNPJ/MF 19.698.987/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016: Srs. Acionistas, A Administração da Lago Azul Transmissão S.A. (LAZ), em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. **Mensagem da Administração:** É com muita satisfação que a Administração informa que a rede de transmissão da Lago Azul entrou em operação no dia 19/09/2016, dois meses antes do prazo estabelecido no cronograma contratual da ANEEL e com o recebimento integral da Receita Anual Permitida. Este desafio se tornou realidade devido aos esforços dos seus colaboradores diretos, indiretos, fornecedores e prestadores de serviços em geral que, ao longo do período de construção, não pouparam esforços para que o Empreendimento atingisse um novo patamar. Com a rede da Lago Azul Transmissão S.A. em pleno funcionamento, ganham o Estado de Goiás, sua população e empreendedores que demandam uma disponibilidade cada vez maior de energia. **1. Perfil da empresa:** A Lago Azul Transmissão S.A. (LAZ) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede na Rua Real Grandeza, 274, parte, CEP 22.281-036, RJ/RJ, constituída em 09/12/2013 com o CNPJ/MF 19.698.987/0001-98. A Sociedade é formada por CELG Geração e Transmissão S.A., com sede em Goiânia, no estado de Goiás, na Avenida C, Quadra A-36, Lote 1, nº 60, Jardim Goiás, CNPJ/MF 07.779.299/0001-73, detentora de 50,1% das ações ordinárias, e por Furnas Centrais Elétricas S.A., com sede no RJ/RJ, na Rua Real Grandeza, 219, CNPJ/MF 23.274.194/0001-19, detentora de 49,9% das ações ordinárias que compõem o capital social da empresa. A Administração é composta por um Conselho de Administração, sendo seis titulares e seis suplentes, e por uma Diretoria composta por quatro membros: Diretor Técnico, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor do Meio Ambiente e Fundiário, sendo que um dos diretores acumula as funções de Diretor-Presidente. A Empresa tem um Conselho Fiscal constituído por três membros titulares e três membros suplentes. **2. O Empreendimento:** O projeto construído pela Lago Azul, consiste em instalações de transmissão, no Estado de Goiás, compostas pelo lançamento do segundo circuito da Linha de Transmissão Barro Alto - Itapaci em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 69km, e das respectivas entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de mediação, supervisão, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **3. O Prazo:** A previsão do início de operação comercial, de acordo com o Contrato de Concessão da LAZ com a ANEEL, era novembro de 2016. De acordo com o mesmo contrato, a data de necessidade

das instalações era imediata; assim, com a antecipação da entrada em operação comercial das instalações da LAZ, foi possível o recebimento antecipado das receitas de transmissão, já a partir de setembro de 2016, quando a LAZ entrou em operação comercial. **4. Desenvolvimento da Obra:** Tendo em vista a necessidade imediata das instalações da LAZ para o Sistema Interligado Nacional (SIN) e consequente possibilidade de antecipação no recebimento das receitas, o Plano de Negócio aprovado para o empreendimento considerou uma antecipação de seis meses, em relação ao Contrato de Concessão com a ANEEL, no prazo para energização do empreendimento, ou seja, maio de 2016. Tratava-se de uma meta desafiadora a ser enfrentada pelos EPCistas, que se mobilizaram com todo o esforço para a superação do desafio. O ano de 2016 foi, portanto, marcado por intenso ritmo de execução das obras que, embora não tenha alcançado integralmente a meta do PN, permitiu a antecipação da energização em dois meses e meio. **5. Desenvolvimento Financeiro:** Em continuidade à estrutura de capital inicialmente desenhada, a LAZ teve os seus negócios suportados por aportes de capital dos acionistas de acordo com as suas participações societárias. Em 31/12/2016, o valor total aportado era de R\$ 35.156.000,00. **6. Benefício Fiscal:** A LAZ foi habilitada no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) conforme publicado no Diário Oficial da União nº 71, publicado no Diário Oficial da União, de 17/03/2015. **7. Práticas Contábeis aderentes ao IFRS:** As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 2016 estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **8. Auditores Independentes:** Em atendimento à Instrução CVM nº381, de 14/01/2003, a LAZ informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes, UHY Moreira - Auditores, que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis. **9. Encerramento e agradecimentos:** A Administração da LAZ, comprometida com a implantação e operação deste empreendimento, direciona seus esforços para contribuir para a melhoria do sistema elétrico brasileiro e agradece seus acionistas, fornecedores, colaboradores e órgãos governamentais. RJ, 29/03/2017. **Günther Benedict Craesmeier** - Diretor Presidente e Técnico; **Felisberto Jácimo Filho** - Diretor Administrativo, Meio Ambiente e Fundiário; **Maurício Silveira Fernandes** - Diretor Financeiro.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em reais) UM			
ATIVO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.431.015	4.334.631
Contas a receber de clientes		563.199	-
Impostos a compensar	5	163.556	75.119
Ativo financeiro indenizável	6	3.757.262	-
Outros ativos circulantes		959	9.033
Total do ativo circulante		7.915.990	4.418.783
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro indenizável	6	31.592.567	17.948.581
Total do Realizável a Longo Prazo		31.592.567	17.948.581
Imobilizado líquido		3.966	2.848
Total do ativo não circulante		31.596.533	17.951.429
TOTAL DO ATIVO		39.512.523	22.370.212
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	717.065	4.605.252
Salários e encargos	8	76.883	62.449
Obrigações fiscais	9	152.247	32.180
Dividendos a pagar		498.342	-
Outros passivos circulantes		11.508	-
Total do passivo circulante		1.456.045	4.699.881
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	1.126.082	89.873
Total do passivo não circulante		1.126.082	89.873
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.a	35.156.000	17.406.000
Reserva Legal	11.b	127.853	22.939
Reserva de lucros a realizar	11.c	151.519	151.519
Dividendos adicionais	11.d	1.495.024	-
Total do patrimônio líquido		36.930.396	17.580.458
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.512.523	22.370.212

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em reais) UM			
	Nota	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Custo de Construção	12	18.552.762	15.852.863
Despesas de operação e manutenção - O&M	13	(15.069.719)	(14.827.167)
Encargos setoriais		(98.561)	-
LUCRO BRUTO		3.373.081	1.025.696
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(302.743)	(263.243)
Materiais		(2.151)	(1.095)
Serviços de terceiros		(210.437)	(494.259)
Tributos		(1.724)	(3.452)
Arrendamentos e alugueis		(6.816)	(18.198)
Depreciação		(1.541)	(867)
Outros		-	(203)
Total		(525.412)	(781.316)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.847.669	244.380
RECEITAS FINANCEIRAS			
RECEITAS FINANCEIRAS	14	318.058	308.325
DESPESAS FINANCEIRAS	14	(31.236)	(4.050)
LUCRO ANTES DO I.R. E DA CSLL		3.134.491	548.655
Imposto de renda diferido		(749.400)	(66.083)
Contribuição social diferida		(286.811)	(23.790)
Total		(1.036.211)	(89.873)
LUCRO DO EXERCÍCIO		2.098.280	458.782
Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31/12 (Em reais)			
		31/12/2016	31/12/2015
Lucro do exercício		2.098.280	458.782
Total dos resultados abrangentes do exercício		2.098.280	458.782

ceiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **(a) Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Cia. são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro indenizável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Cia. são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Cia. transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **(d) Ativos e passivos financeiros derivativos:** A Cia. não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5 Ativo financeiro indenizável:** Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1). É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Cia. entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Cia. efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente. A Cia. reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Cia.. O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo. Apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva. **2.6 Depreciação:** A depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos ativos imobilizados, e são feitos testes periódicos de recuperação dos ativos, considerando o valor também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários. **2.7 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.8 Tributação:** Conforme facultado pela legislação tributária, a Cia. optou pela tributação do lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, é calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta e sobre os ganhos de capital e demais receitas. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 e estão suportados por análise capacidade de realização. **2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em reais) UM					
	Capital Social	Re-Lucros Legal	Dividen-zar	Prejuízos acumu-lados	Total
Saldos em 31/12/2014	4.250.000	-	-	(284.324)	3.965.676
Integralização de capital em março/2015	2.500.000	-	-	-	2.500.000
Integralização de capital em junho/2015	5.301.000	-	-	-	5.301.000
Integraliz. de capital em outubro/2015	2.105.000	-	-	-	2.105.000
Integraliz. de capital em dezembro/2015	3.250.000	-	-	-	3.250.000
Lucro liq. do exercício	-	-	-	458.782	458.782
Constituição da Reserva Legal	-	22.939	-	(22.939)	-
Constit. de reservas de lucros a realizar	-	-	151.519	(151.519)	-
Saldos em 31/12/2015	17.406.000	22.939	151.519	-	17.580.458
Integraliz. de capital em janeiro de 2016	3.250.000	-	-	-	3.250.000
Integraliz. de capital em março de 2016	2.000.000	-	-	-	2.000.000
Integraliz. de capital em abril de 2016	2.000.000	-	-	-	2.000.000
Integraliz. de capital em junho de 2016	4.000.000	-	-	-	4.000.000
Integraliz. de capital em setembro de 2016	4.000.000	-	-	-	4.000.000
Integraliz. de capital em dezembro/2016	2.500.000	-	-	-	2.500.000
Lucro liq. do exercício	-	-	-	2.098.280	2.098.280
Constituição da Reserva Legal	-	104.914	-	(104.914)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(498.342)	(498.342)
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	1.495.024	1.495.024
Saldos em 31/12/2016	35.156.000	127.853	151.519	1.495.024	36.930.396

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31/12 (Em reais) UM			
	31/12/2016	31/12/2015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e da CSLL	3.134.491	548.654	
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa			
Rendas sobre ativo financeiro	(3.368.155)	(1.025.696)	
Depreciação	1.541	867	
Amortização do ativo financeiro	1.036.626	-	
Aumento/Redução de Ativos e Passivos			
Contas a receber de clientes	(563.199)	-	
Impostos a Compensar	(88.437)	(69.725)	
Outros ativos circulantes	8.074	(9.033)	
Fornecedores	(3.888.187)	4.605.252	
Salários e encargos	14.433	15.186	
Obrigações fiscais	120.667	32.180	
Outros passivos circulantes	11.508	-	
Caixa Líquido consumido pelas atividades operacionais	(3.581.238)	4.097.684	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Ativo Financeiro Indenizável	(15.069.719)	(14.827.166)	
Acrescimo de imobilizado	(2.661)	-	
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(15.072.380)	(14.827.166)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de Capital	17.750.000	13.156.000	
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	17.750.000	13.156.000	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(903.616)	2.426.519	
Início do exercício	4.334.631	1.908.112	
Final do exercício	3.431.015	4.334.631	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(903.616)	2.426.519	
Demonstração dos valores adicionados - Exercícios findos em 31/12 (Em reais) UM			
	31/12/2016	31/12/2015	
Receita - Receita	18.552.762	15.852.863	
Insunsumos adquiridos de terceiros - Custo	(15.179.681)	(14.827.167)	
Serviços de terceiros	(210.437)	(494.259)	
Valor adicionado bruto	3.162.643	531.437	
Depreciação	(1.541)	(867)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.161.102	530.570	
Valor adicionado recebido em transferência	286.822	304.275	
Resultado Financeiro	3.447.924	834.846	
Valor adicionado total a distribuir	3.447.924	834.846	
Distribuição do valor adicionado - Pessoal			
Materiais	2.151	1.095	
Arrendamentos e alugueis	6.816	18.198	
Tributos	1.037.935	93.325	
Outros	-	203	
Lucro/Prejuízo do exercício	2.098.280	458.782	
Total	3.447.924	834.846	

ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC, pelo método indireto. **2.11 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Cia. prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Cia. registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. **2.12 Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Cia. e sua distribuição durante determinado período. Conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras, a DVA foi preparada com base nos registros contábeis que servem como base de preparação das informações e segundo as disposições contidas na NBC TG 09- Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta as riquezas da Cia., representadas pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo tributos incidentes, outras receitas, efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), insunsumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisição de materiais, energias, serviços de terceiros incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre, pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprio. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acor-



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ/MF 19.698.987/0001-98

do com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.13 Informações por segmento:** A Cia. não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento. **2.14 Teste de Impairment de ativos:** Os valores registrados na rubrica Ativo Financeiro Indenizável, constituem-se na fonte de geração de caixa da Cia. e no item de maior relevância. Em 2016, após avaliação da Administração, não foi identificada nenhuma evidência de que a Cia. terá problemas financeiro que justifiquem o teste de Impairment. A análise da Administração considerou os seguintes principais itens: • A Cia. esta em operação e apresenta rentabilidade. • O plano de negócios atualizado demonstra que a atividade será lucrativa com geração de caixa suficiente para remunerar o resultado durante todo o período do contrato de concessão. • Não identificamos nenhuma alteração de legislação ou norma do órgão regulador que possa ocasionar mudança na rentabilidade da Cia. • A Cia. não tem nenhuma contingência relevante que possa ocasionar perda significativa e alterar o retorno do investimento. • A administração não identificou nenhum fato que possa influenciar de forma negativa nos resultados conforme projetados no Plano de Negócios. • A atividade de transmissão não tem impacto direto no consumidor e por este motivo não está sujeita a variações populares ou políticas diretamente. • A Cia. não tem nenhum Empréstimo, e desta forma, não está sujeita a oscilações cambiais ou de mercado. • A administração não identificou nenhum indicio que possa influenciar na continuidade das operações. **3 Novos pronunciamentos técnicos e interpretações:** A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros – A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz novos critérios de classificação de ativos financeiros, novo modelo de impairment para ativos financeiro, que incorpora o conceito de perdas esperadas em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º/01/2018. • IFRS 15 Receitas de contratos com clientes – O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01/01/2018. A Cia. não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e Bancos conta movimento 1.102 3.267
Aplicações financeiras - BB Curto Prazo Corporativo 600mil 3.429.912 4.331.363
Total 4.531.015 7.600.630

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/2016, a aplicação financeira referente à BB Curto Prazo Corporativo 600mil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses à taxa de 13,43%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado. **5 Impostos a compensar:** Em 31/12/2016, o valor de R\$ 163.556 (R\$ 75.119, em 31/12/2015), classificado como impostos a compensar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, adicionado à correção monetária, pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com o imposto de renda apurado mensalmente por estimativa, ou com o imposto de renda apurado com base no lucro real anual no encerramento do exercício.

6 Contas a receber - ativo financeiro indenizável: O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: ► O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; ► O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. ► Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e ► O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente; (b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP), pela construção da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. O montante total a receber acumulado, em 31/12/2016, está classificado no ativo não circulante.

Ativo financeiro indenizável
Edificações, Obras civis e Benfeitorias 13.787.125 2.556.615
Máquinas e equipamentos 6.060.951 518.701
Pessoal e encargos operacionais 576.052 317.167
Serviços de terceiros 2.578.235 2.313.950
Arrendamentos e aluguéis 45.746 25.756
Indenizações de Serviço 1.184.971 809.381
Compartilhamento de custos 502.022 395.865
Adiantamento a fornecedores 6.954.983 9.685.802
Depósitos judiciais 278.689 289.990
Remuneração dos ativos de concessão 4.393.851 1.025.696
Outros 23.830 9.658
36.386.455 17.948.581
Amortização (1.036.626)
Total 35.349.828 17.948.581
Ativo circulante 3.757.262
Ativo não circulante 31.592.567 17.948.581
Total 35.349.828 17.948.581

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. Aos Administradores e Acionistas da Lago Azul Transmissão S.A. Rio de Janeiro – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária para Cia. s abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) órgão regulador da Cia., e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria do período anterior:** As demonstrações financeiras da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 05 de fevereiro de 2016, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15 de março de 2017. UHY MOREIRA – AUDITORES - CRC RS 3717 RJ. HERALDO S. S. DE BARCELLOS - Contador - CRC RS 11609 S RJ - CNAI N° 43 - Responsável Técnico.

Os valores referentes aos recebimentos de RAP a ser amortizada nos exercício seguinte esta classificado no Ativo circulante. Os valores referentes a adiantamento a fornecedores referem-se a eventos pagos, previstos através de cláusula contratual comprovados através das medições e desenvolvimento dos cronogramas. **7 Fornecedores:**

	31/12/2016	31/12/2015
CTE - CENTRO TECNOLÓGICO DE ENGENHARIA	71.633	-
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS	8.104	-
FORNECEDORES DIVERSOS	301.067	648.401
SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSÃO LTDA	336.261	3.956.851
Total	717.065	4.605.252

Os saldos de fornecedores são integralmente pagos em até 30 dias.
8 Salários e encargos: Os saldos de salários e encargos estão compostos como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
FGTS a recolher	1.916	1.777
INSS a recolher	8.179	8.361
Imposto de renda retido na fonte a recolher	3.125	3.499
Provisão de férias e encargos	63.664	48.812
Total	76.883	62.449

As contribuições sociais e os impostos retidos dos funcionários são recolhidos no mês subsequente, de acordo com o calendário fiscal. Os valores a recolher referentes à INSS representam a contribuição a ser recolhida para o Instituto Nacional de Seguridade Social, a parcela descontada dos funcionários e a parcela da empresa. **9 Obrigações fiscais:** As obrigações fiscais em 31/12/2016 estavam compostas como abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Retido na Fonte	26.850	21.224
Pis a recolher	6.320	110
Cofins a recolher	29.403	677
CSLL a Recolher	37.955	6.098
LEI 10833/2003 - CSLL/PIS/COFINS	4.583	2.570
ISS a Recolher	35.896	1.500
INSS Retido de fornecedores	11.239	-
Total	152.247	32.180

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os impostos sobre a renda diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cia. nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda diferido foi apurado sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais pela alíquota de 15%, considerando o adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL está constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado pelas diferenças temporais, reconhecidos pelo regime de competência. A demonstração dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
IR diferido passivo	1.008.027	66.083
CSLL diferida passiva	388.556	23.790
	1.396.584	89.873
CSLL sobre base negativa	192.545	-
IR sobre prejuízo fiscal	77.956	-
Total	270.502	-
Total líquido	1.126.082	89.873

11 Patrimônio líquido - (a) Capital social: Em 13/01/2016, conforme Ata da 18ª Ata de RCA realizada em 10/12/2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 3.250.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 3.250.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 17.406.000, para R\$ 20.656.000. Em 04/03/2016, conforme Ata da 20ª Ata de RCA realizada em 15/02/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 20.656.000, para R\$ 22.656.000. Em 04/04/2016, conforme Ata da 20ª Ata de RCA realizada em 15/02/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 22.656.000, para R\$ 24.656.000. Em 07/06/2016, conforme Ata da 22ª Ata de RCA realizada em 13/05/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 24.656.000, para R\$ 28.656.000. Em 30/09/2016, conforme Ata da 23ª Ata de RCA realizada em 23/09/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 28.656.000, para R\$ 32.656.000. Em 22/12/2016, conforme Ata da 25ª Ata de RCA realizada em 14/12/2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.500.000, proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.500.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 32.656.000, para R\$ 35.156.000. Em 31/12/2016, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 35.156.000, dividido em 35.156.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela CELG Geração e Transmissão S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A., na proporção de 50,1%, e 49,9%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Cia., em reais, é como se segue: Celg Geração e Transmissão S.A. – 17.613.156; Furnas Centrais Elétricas S.A. - 17.542.844. **Total:** 35.156.000. **(b) Reserva legal - A reserva legal** é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. **(c) Reserva de lucros a realizar:** A administração da Cia., em conformidade com a legislação brasileira, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Cia.. Em 31/12/2015, a parcela de lucros não realizados financeiramente foi integralmente absorvida pelo lucro líquido do exercício, devido ao reconhecimento do rendimento sobre o ativo financeiro, no montante de R\$ 1.025.696, que financeiramente será realizado a longo prazo. **(d) Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do art. 202 da Lei das S.A.s.

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016: Os membros do Conselho Fiscal da Lago Azul Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31/12/2016, e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes UHY Moreira Auditores, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinaram favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. RJ, 10/04/2017. Cleiton Silva Ferreira (suplente Eduardo José dos Santos), Claudio Rocha Bueno, Ana Paula dos Santos Pereira.

Apuração do Dividendo Mínimo Obrigatório:
Resultado líquido do exercício 2.098.280
Reserva legal 5% 104.914
Base para dividendos mínimos obrigatórios 1.993.366
Dividendos mínimos obrigatórios 25% 498.342
Dividendos adicionais 1.495.024

12 Receita operacional líquida
Receita de Operações com Transmissão de Energia 1.154.031
Receita de Construção 15.069.719 14.827.167
Remuneração dos ativos de concessão 3.368.155 1.025.696
Receita de O&M 115.374
Amortização do Ativo Financeiro (1.036.626)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA
PIS (21.029)
COFINS (96.862)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA 18.552.762 15.852.863

13 Custos de construção: O custo de construção de R\$ 15.069.719, refere-se aos custos incorridos para a construção e implantação das linhas de transmissão, como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Obras de engenharia	(11.230.509)	(2.505.053)
Máquinas e equipamentos	(5.542.251)	(518.701)
Pessoal e encargos operacionais	(258.885)	(221.300)
Tributos	-	(389)
Serviços de terceiros	(264.285)	(1.923.818)
Arrendamentos e aluguéis	(19.989)	(12.730)
Indenizações de Serviço	(375.590)	(809.381)
Compartilhamento de custos	(106.157)	(395.865)
Adiantamento a fornecedores	2.730.819	(8.148.435)
Outros	(2.872)	(291.495)
Total	(15.069.719)	(14.827.167)

Os valores referentes a adiantamento a fornecedores referem-se a eventos pagos, previstos através de cláusula contratual comprovados através das medições e desenvolvimento dos cronogramas. **14 Receitas e despesas financeiras:**

	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS FINANCEIRAS	322.820	315.318
Receitas de aplicações financeiras	322.820	315.318
Variações monetárias	10.379	-
Outras receitas financeiras	375	864

TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS
Pis (2.169) (1.098)
Cofins (13.347) (6.759)
Total de Receitas financeiras 318.058 308.325

DESPESAS FINANCEIRAS
Despesas financeiras (31.236) (4.050)
Total de despesas financeiras (31.236) (4.050)

15 Instrumentos financeiros: 15.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria - Em 31/12/2016, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
O valor justo por meio do		
	Receíveis	resultado
Ativos financeiros		Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.431.015
Impostos a compensar	163.556	-
Ativo financeiro indenizável	31.592.567	-
	31.756.123	3.431.015
		35.187.137
		22.358.331

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia., em 31/12/2016, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Passivos financeiros	717.065	4.605.252
Fornecedores	717.065	4.605.252
Salários e encargos	76.883	62.449
Obrigações fiscais	152.247	32.180
Tributos diferidos	1.126.082	89.873
Total	2.072.277	4.789.754

15.2 Gestão de risco - As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: **(a) Riscos de mercado** - A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. **(b) Riscos ambientais** - As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigá-la a Cia. retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Cia. procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. **15.3 Avaliação dos instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **16 Seguros:** Os seguros contratados seguem a política da Cia. no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro.

Diretor Presidente: Günther Benedict Craesmeyer, **Diretor Administrativo:** Felisberto Jacomo Filho. **Contador:** Ronaldo Borges Andrade - CRC-RJ 051927/O-8.